PLANO DE GERENCIAMENTO DO PROJETO

MPPR	PLANO DE GERENCIAMENTO	**FASE 03** 01.10.2018
PROJETO TRANSPARÊNCIA NOS MUNICÍPIOS – MPPR **Subprojeto 1: TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA**		**Lançamento:** **30.10.2014**

Unidade Responsável: Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Patrimônio Público e à Ordem Tributária – CAOPPPOT

1. Escopos do Projeto

1.1 – Zelar e contribuir pela constante adequação e atualização dos Portais de Transparência dos 399 (trezentos e noventa e nove) Municípios e Câmaras Legislativas do Estado do Paraná, mediante fiscalização da disponibilidade de informações exigidas pelas leis nacionais e estaduais que regem a transparência na Administração Pública Direta e Indireta.

1.2 – Desenvolver atividades preventivas tendentes a obstar e combater a corrupção, mediante o acompanhamento dos atos de gestão e ênfase na adoção de medidas no âmbito extrajudicial, priorizando a resolutividade e a composição.

1.3 – Fomentar o exercício da cidadania, mormente em relação ao acompanhamento das atividades de gestão e ao controle social dos atos da Administração Pública, visando à substituição da cultura do sigilo pela da transparência.

1.4 – Manter o alinhamento e a integração com a Administração Pública, em todas as esferas, bem como com os diversos segmentos da sociedade e órgãos de controle.

1.5 – Desenvolver ferramentas e soluções tecnológicas, por meio de instrumentos de parceria, que auxiliem o gestor público na adequação dos Portais de Transparência, com especial foco nos pequenos Municípios, os quais apresentam maior carência estrutural e de pessoal.

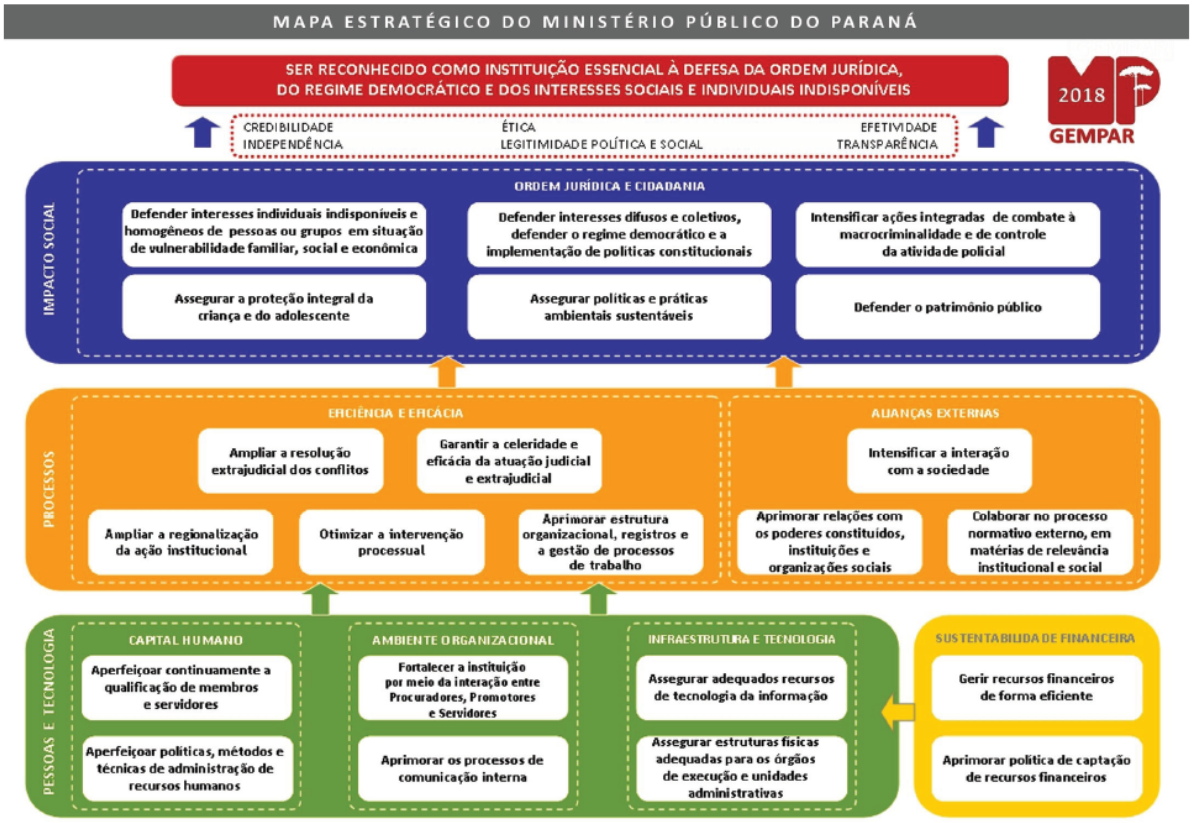
1.6 – Expandir as ações desenvolvidas nas Fases 01 e 02 para os Poderes Executivo e Legislativo do Estado do Paraná, bem como para o Terceiro Setor.

2. Alinhamento Estratégico com o Mapa Estratégico do Ministério Público do Paraná

Defender o patrimônio público.

Identificar a interação com a sociedade.

Aprimorar relações com os poderes constituídos, instituições e organizações sociais.



3. Justificativas do Projeto

Em 01.10.2012, o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Patrimônio Público e à Ordem Tributária - CAOPPPOT, no exercício do seu dever funcional de fiscalização, e tendo em vistas as disposições constitucionais (art. 5.º, inciso XXXIII; art. 37, §3.º, II; e art. 216, §2.º, CF) e infraconstitucionais (art. 48, da Lei Complementar n.º 101/2000; e Lei Federal n.º 12.527/2011) relacionadas à transparência da gestão pública, implantou o Projeto "Transparência nos Municípios".

Com efeito, a amplitude da Administração Pública recomenda que a fiscalização e o controle (social e pelos órgãos legitimados) sobre ela sejam constantemente aperfeiçoados. O exercício dessas atividades fiscalizatórias está condicionado ao acesso às informações relacionadas aos atos de gestão. Observa-se, no entanto, que grande parcela dos dados não se encontra disponível, não é inteligível e/ou acessível. Vê-se, nessa perspectiva, a necessidade de se implantar e aperfeiçoar os Portais de Transparência dos órgãos públicos, dando-se continuidade às ações já executadas desde o ano 2014, nas Fases 01 e 02 do Projeto, a fim de que neles estejam contidos os dados públicos necessários ao efetivo exercício das diversas formas de controle.

Ademais, a implementação permanente de processos compatíveis com os princípios constitucionais de transparência pública implicará profusa melhoria na gestão pública, favorecendo a representação real da atividade administrativa e, consequentemente, uma cultura coletiva de controle social.

4. Marcos e entregas do projeto – Fases 01, 02 e 03

Estrutura Analítica do Projeto (EAP)	Cronograma		Área(s) interveniente(s)
	Início	Término	
Marco 1: Mapeamento dos Municípios e Câmaras Municipais sujeitos à legislação referente à transparência dos atos da Administração Pública, e definição dos requisitos mínimos a serem abrigados nos Portais de Transparência dos órgãos públicos.	**01.10.2012**	**18.12.2014**	**CAOPPPOT, RCGP/PR, AMP e ACAMPAR (atual UVEPAR)**
Produto 1.1: Mapeamento, no âmbito do Estado do Paraná, dos Municípios e Câmaras Municipais sujeitos às disposições contidas no art. 5.º, inciso XXXIII; art. 37, §3.º, II; e art. 216, §2.º, da Constituição Federal; art. 48, da Lei Complementar n.º 101/2000; e Lei Federal n.º 12.527/2011.	01.10.2012	Permanente	CAOPPPOTe Promotorias de Justiça
Produto 1.2: Articulação com a Rede de Controle da Gestão Pública do Estado do Paraná e criação de Grupo de Trabalho com o desiderato de integrar as ações do MPPR, TCE, CGU, TCU e AGU no tocante à implementação dos Portais de Transparência no âmbito da Administração Pública paranaense.	17.04.2013	18.12.2014	CAOPPPOT
Produto 1.3: Articulação com a Associação dos Municípios do Paraná – AMP, visando a detectar as dificuldades para o atendimento da legislação concernente à transparência dos atos de gestão.	01.10.2012	18.12.2014	CAOPPPOT
Produto 1.4: Articulação com a Associação das Câmaras, Vereadores e Gestores Públicos do Paraná – ACAMPAR, atual UVEPAR, visando a detectar as dificuldades para o atendimento da legislação concernente à transparência dos atos de gestão.	01.10.2012	18.12.2014	CAOPPPOT
Marco 2: Avaliação da situação dos Portais da Transparência das Prefeituras e Câmaras de Vereadores do Estado.	**07.12.2014**	**30.03.2015**	**CAEx/NATE**
Produto 2.1: Certidões de constatação da avaliação dos portais da transparência em municípios paranaenses com até dez mil habitantes.	07.12.2014	06.01.2015	CAEx/NATE
Produto 2.2: Certidões de constatação da avaliação dos portais da transparência em municípios paranaenses com mais de dez mil habitantes.	07.01.2015	30.03.2015	CAEx/NATE
Marco 3: Elaboração de material de apoio e roteiro de atuação funcional para adesão ao Projeto	**01.12.2014**	**30.03.2015**	CAOPPPOT
Produto 3.1: Elaboração de material de apoio (modelos de portarias, recomendações, TACs, petições iniciais, entre outros) para atuação das Promotorias de Justiça.	01.12.2014	02.02.2015	CAOPPPOT
Produto 3.2: Roteiro de atuação funcional para adesão ao Projeto, explicitando passo a passo de execução do Projeto.	01.01.2015	02.02.2015	CAOPPPOT

Marco 4: Elaboração de material de divulgação	**01.01.2015**	**31.12.2019**	**CAOPPPOT**
Produto 4.1: Criação de "*hotsite*" e espaços em redes sociais.	01.01.2015	30.03.2015	CAOPPPOT
Produto 4.2: Criação de página em rede social – *Facebook*.	05.10.2018	31.12.2018	CAOPPPOT
Produto 4.3: Elaboração de Manual de Orientação para os gestores públicos e para a população exercerem a transparência passiva e ativa.	01.03.2018	31.12.2018	CAEx
Produto 4.4: Divulgação de Manual de Orientação direcionado aos gestores públicos e à população.	04.02.2019	31.12.2019	CAOPPPOT Promotorias de Justiça
Marco 5: Atuação ministerial para a implantação e o aperfeiçoamento dos Portais de Transparência dos Municípios e Câmaras Municipais do Estado do Paraná	**01.10.2012**	**Permanente**	**CAOPPPOT, Promotorias de Justiça e Gepatrias**
Produto 5.1: Encaminhamento das certidões de constatação resultantes da avaliação do CAEx/NATE, do material de apoio e do roteiro de atuação funcional às Promotorias de Justiça com atribuições em proteção do patrimônio público dos municípios correlatos.	03.02.2015	30.03.2015	CAOPPPOT
Produto 5.2: Instauração de procedimentos e encaminhamento de requisições pelas Promotorias aos gestores públicos municipais, conforme roteiro proposto para atuação funcional.	03.02.2015	06.04.2015	Promotorias de Justiça
Produto 5.3: Expedição de Recomendações Administrativas para a adequação dos Portais de Transparência dos Municípios e Câmaras Legislativas Municipais, conforme modelo proposto.	03.02.2015	Permanente	Promotorias de Justiça e Gepatrias
Produto 5.4: Composições extrajudiciais no âmbito da Administração Pública, mediante a celebração de TACs (conforme modelo proposto no material de apoio), para as correções que ainda se observarem necessárias em seus Portais de Transparência, notadamente em cumprimento às Recomendações Administrativas expedidas ou Termos de Ajustamento de Conduta já celebrados.	03.02.2015	Permanente	Promotorias de Justiça e Gepatrias
Produto 5.5: Ajuizamento das ações ou suspensão de procedimentos por cumprimento temporário de TAC.	01.07.2015	Permanente	Promotorias de Justiça
Produto 5.6: Construção de entendimentos judiciais favoráveis (a exemplo: Comarcas de Foz do Iguaçu, Iretama, Paranaguá e Tribunal de Justiça do Estado do Paraná)	08.01.2015 (1.ª sentença no Estado do Paraná)	Permanente	Promotorias de Justiça
Produto 5.7: Fomento e capacitação de segmentos da sociedade civil organizada para fiscalizar a regularidade, clareza, autenticidade, integridade e temporalidade da disponibilização das informações nos Portais da Transparência.	2015	Permanente	CAOPPPOT, Promotorias de Justiça e Gepatrias
Produto 5.8: Eleição do Projeto "Transparência nos Municípios", e respectivas ações, como atividades prioritárias dos Gepatrias.	01.06.2017	31.03.2019	CAOPPPOTe Gepatrias
Produto 5.9: Reavaliação dos Portais de Transparência dos Municípios e Câmaras Municipais paranaenses.	02.04.2015	Permanente	CAEx

Marco 6: Fomentar a fiscalização dos Portais da Transparência	**07.12.2014**	**31.12.2019**	**CAOPPPOT**
Produto 6.1: Termo de Cooperação firmado com o Observatório Social do Brasil para fiscalização dos portais da transparência na gestão pública municipal no Estado do Paraná.	10.12.2014	26.05.2019	MPPR – CAOPPPOT
Produto 6.2: Acordo de Colaboração celebrado com a Associação dos Municípios do Paraná – AMP (n.º 023/2015), cujo objeto é a *"implementação de ações visando fomentar a organização e modernização dos municípios em matéria de transparência pública".*	27.10.2015	26.10.2017	MPPR - CAOPPPOT
Produto 6.3: Acordo de Colaboração firmado com a Associação das Câmaras, Vereadores e Gestores Públicos do Paraná – ACAMPAR, atual UVEPAR (n.º 024/2015), cujo objeto é a *"implementação de ações visando fomentar a organização e modernização das câmaras municipais em matéria de transparência pública, para cumprimento da Lei Complementar 101/2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal) e da Lei 12.257/2011 (Lei de Acesso à Informação) por parte dos órgãos e entidades do poder público paranaense"*	27.10.2015	26.10.2017	MPPR - CAOPPPOT
Produto 6.4: Celebração de Acordo de Cooperação com o Centro de Estudos Positivo Ltda. (UNIVERSIDADE POSITIVO), para a disponibilização de pesquisadores, professores e acadêmicos para desenvolver atividades de estudo, pesquisa e extensão, tendo por base o *layout* e os dados exibidos nos Portais de Transparência dos órgãos públicos, em face dos princípios constitucionais, leis e regulamentos que regem a matéria, bem como promover a utilização pedagógica das tecnologias de informação para a formação cidadã, além de promover, apoiar e divulgar eventos de capacitação.	22.08.2016	21.02.2019	MPPR
Produto 6.5: Estender a parceria firmada com a Universidade Positivo a outras Instituições de Ensino (públicas e privadas), de todos os níveis, com o desiderato de ampliar articulação entre o ambiente acadêmico, o Ministério Público e a sociedade.	02.01.2017	31.12.2020	MPPR e CAOPPPOT
Marco 7: Atuação ministerial para a implantação e o aperfeiçoamento dos Portais de Transparência dos demais entes públicos paranaenses	**02.03.2015**	**Permanente**	**CAOPPPOT, Promotorias de Justiça e Gepatrias**
Produto 7.1: Mapeamento, no âmbito do Estado do Paraná, dos demais órgãos públicos sujeitos às disposições contidas no art. 5.º, inciso XXXIII; art. 37, §3.º, II; e art. 216, §2.º, da Constituição Federal; art. 48, da Lei Complementar n.º 101/2000; e Lei Federal n.º 12.527/2011.	02.03.2015	Permanente	CAOPPPOT, Promotorias de Justiça e Gepatrias
Produto 7.2: Auxiliar na potencialização da cultura da responsabilidade social, assim como na substituição da cultura do sigilo pela da transparência, mediante a realização de palestras, cursos de capacitação e divulgação dos benefícios que o exercício da cidadania, sob o enfoque da fiscalização dos atos de gestão, trazem	02.03.2015	Permanente	CAOPPPOT, Promotorias de Justiça e Gepatrias

à sociedade.			
Marco 8: Atuação ministerial para a implantação e o aperfeiçoamento dos Portais de Transparência do Terceiro Setor	**01.06.2018**	**Permanente**	**CAOPPPOT, Promotorias de Justiça e Gepatrias**
Produto 8.1: Identificação, no âmbito do Estado do Paraná, dos órgãos do Terceiro Setor que recebem recursos públicos.	01.06.2018	Permanente	CAOPPPOT, Promotorias de Justiça e Gepatrias
Produto 8.2: Criação dos Portais de Transparência da Associação dos Municípios do Paraná – AMP e da Associação das Câmaras, Vereadores e Gestores Públicos do Paraná – ACAMPAR, atual UVEPAR.	31.11.2018	31.03.2019	AMP e UVEPAR
Produto 8.3: Ampliar as ações de transparência que envolvam a transferência e aplicação de recursos públicos para o Terceiro Setor, com especial enfoque para a execução dos contratos e respectivos pagamentos.	01.06.2018	Permanente	CAOPPPOT, Promotorias de Justiça e Gepatrias
Marco 9: Desenvolvimento e implementação de subprojetos que visem à promoção e divulgação da transparência pública e do controle social.	**04.09.2017**	**Permanente**	**CAOPPPOT, Promotorias de Justiça e Gepatrias**
Produto 9.1: Projetos Regionais e Estadual "Controle Social".	04.09.2017	Permanente	CAOPPPOT, Promotorias de Justiça e Gepatrias
Marco 10: Monitoramento dos Portais de Transparência em processo de adequação	**01.01.2015**	**31.12.2019**	CAEx
Produto 10.1: Reavaliação, pelo CAEx/NATE, sobre o cumprimento de TACs ou atendimento a requisições que defluíram de adesão ao Projeto.	03.04.2015	03.08.2015	CAEx
Produto 10.2: Atividades de extensão curricular por acadêmicos da Universidade Positivo, as quais incluem a verificação dos Portais de Transparência dos Municípios e Câmaras Municipais do Estado do Paraná, em conjunto com servidores do MPPR, fomentando a interação entre o ambiente universitário e a sociedade, e complementando o processo ensino-aprendizagem.	09.05.2017	31.12.2019	MPPR - CAOPPPOT
Marco 11: Ações integradas com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná	**11.01.2013**	**31.12.2019**	**MPPR – CAOPPPOT e Promotorias de Justiça**
Produto 11.1: Termo de Cooperação (n.º 040/2012) cujo objeto é estabelecer regras e condições que possibilitem o intercâmbio e integração de informações, de bases de dados e de soluções de tecnologia da informação, de interesse recíproco entre o TCE-PR e o MPPR, visando otimizar as atividades de fiscalização, bem como coibir e evitar práticas que tenham o potencial de gerar desperdícios de recursos públicos.	11.01.2013	10.01.2018	MPPR
Produto 11.2: Celebração de Acordo de Cooperação entre o Ministério Público do Estado do Paraná e o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, visando ao desenvolvimento	03.12.2018	02.12.2021	MPPR

de projetos e ações que possam contribuir para a prevenção e o combate à corrupção; promoção da transparência e da ética pública; fomento do controle social e fortalecimento da gestão pública; aperfeiçoamento do planejamento e da execução das auditorias e fiscalizações concernentes à aplicação dos recursos no tocante à proteção ao patrimônio público e à ordem tributária, educação e combate aos crimes praticados por gestores públicos, respeitadas as áreas de atuação dos partícipes.			
Produto 11.3: Adoção de parâmetros uniformes entre o MPPR e o TCE-PR na avaliação dos requisitos dos Portais de Transparência, respeitadas as esferas de atribuições de ambos.	04.02.2019	31.12.2019	MPPR – CAOPPPOT
Marco 12: Ferramentas e soluções tecnológicas	02.2015	Permanente	Promotorias de Justiça e Gepatrias
Produto 12.1: Fornecimento de plataforma tecnológica para o Projeto Transparência nos Municípios, pela Celepar.	03.02.2015	Finalizado	Celepar
Produto 12.2: Desenvolvimento e fornecimento, em caráter experimental, de Plataforma Tecnológica de Sistema de Gestão Pública pelo Parque Tecnológico de Itaipu.	08.11.2017	30.06.2019	Itaipu Binacional e Parque Tecnológico de Itaipu
Produto 12.3: Utilização de ferramentas e soluções tecnológicas fornecidas pela Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná (SEFA) para auxiliar a obtenção da média de preços de produtos pela Administração Pública, conferindo maior segurança às suas aquisições, mediante consulta ao Aplicativo "Menor Preço/Nota Paraná".	24.10.2018	Permanente	SEFA/PR Órgãos Públicos paranaenses
Produto 12.4: Utilização de ferramentas e soluções tecnológicas fornecidas pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para a pioneira execução, nos Municípios paranaenses, de novas funcionalidades do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) e do ComprasNet, e sua integração com os Portais da Transparência dos órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná.	10.2018	Permanente	Órgãos Públicos paranaenses
Produto 12.5: Desenvolvimento e fornecimento de Plataforma Tecnológica de Inteligência pela Itaipu Binacional (por si ou pelo Parque Tecnológico de Itaipu) e outros parceiros, para fiscalização e tratamento de informações dos Portais de Transparência.	02.2019	31.12.2019	Itaipu Binacional
Marco 13: Empoderamento Social, mediante ações para envolver a sociedade no controle dos atos da Administração Pública	**10.12.2014**	**Permanente**	**MPPR, CAOPPPOT, Promotorias de Justiça, Gepatrias, instituições públicas e privadas**
Produto 13.1: Termo de Cooperação firmado com a	25.11.2013	24.11.2018	MPPR

Associação Paranaense de Cultura, para promover e apoiar o combate à corrupção e disseminar uma cultura baseada na dignidade, na honestidade, em princípios éticos, na participação social e no exercício pleno da cidadania.			
Produto 13.2: Termo de Cooperação firmado com o Lions Clube de Curitiba, para promover e apoiar o combate à corrupção e disseminar uma cultura baseada na dignidade, na honestidade, em princípios éticos, na participação social e no exercício pleno da cidadania.	06.08.2013	05.08.2018	MPPR
Produto 13.3: Termo de Cooperação firmado com o Instituto Atuação, para promover e apoiar o combate à corrupção e disseminar uma cultura baseada na dignidade, na honestidade, em princípios éticos, na participação social e no exercício pleno da cidadania.	28.08.2013	27.08.2018	MPPR
Produto 13.4: Termo de Cooperação firmado com a Fundação Escola do Ministério Público, para promover e apoiar o combate à corrupção e disseminar uma cultura baseada na dignidade, na honestidade, em princípios éticos, na participação social e no exercício pleno da cidadania.	19.06.2013	18.06.2018	MPPR
Produto 13.5: Termo de Cooperação firmado com a Coordenação Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança, para promover e apoiar o combate à corrupção e disseminar uma cultura baseada na dignidade, na honestidade, em princípios éticos, na participação social e no exercício pleno da cidadania.	19.06.2013	18.06.2018	MPPR
Produto 13.6: Termo de Cooperação firmado com o Sindicato das Empresas de Publicidade Externa do Estado do Paraná, para promover e apoiar o combate à corrupção e disseminar uma cultura baseada na dignidade, na honestidade, em princípios éticos, na participação social e no exercício pleno da cidadania.	29.05.2013	28.05.2018	MPPR
Produto 13.7: Termo de Cooperação firmado com a Secretaria do Esporte do Estado do Paraná, para promover e apoiar o combate à corrupção e disseminar uma cultura baseada na dignidade, na honestidade, em princípios éticos, na participação social e no exercício pleno da cidadania.	29.04.2013	28.04.2018	MPPR
Produto 13.8: Contribuição da sociedade civil organizada com os órgãos de controle da Administração Pública, detectando eventuais irregularidades na gestão pública e comunicando os referidos órgãos para a adoção das medidas cabíveis.	05.01.2015	Permanente	Sociedade civil
Produto 13.9: Participação da sociedade na formulação e correta aplicação das políticas públicas, decorrentes da ampliação da transparência dos atos de gestão e do fomento do controle social, mediante o apontamento de prioridades e incorreções na aplicação dos recursos públicos, em audiências públicas.	05.01.2015	Permanente	Sociedade civil
Produto 13.10: Contribuir para o combate à corrupção, mediante a intensificação do controle social nos processos de compras e execução de contratos, bem como na gerência de pessoal e pagamento de vantagens	05.01.2015	Permanente	Controle social

remuneratórias.			
Produto 13.11: Auxiliar na fiscalização da prestação dos serviços públicos, em especial no que se refere à saúde (identificação dos servidores e suas respectivas lotações e cargas horárias; filas de espera de atendimentos, procedimentos e exames; e aplicação dos recursos) e educação (vagas em estabelecimentos escolares e aplicação dos recursos).	01.2019	Permanente	Controle social
Produto 13.12: O desenvolvimento de estudo, pesquisa e extensão sobre metodologias, técnicas ou boas práticas envolvendo a fiscalização e o controle dos recursos públicos, bem como sobre a gestão administrativa e os princípios constitucionais da economicidade, eficiência e efetividade, por meio de parcerias firmadas com Instituições de Ensino (públicas e privadas), de todos os níveis.	03.2019	Permanente	Instituições de ensino

5. Interessados

5.1 – Ministério Público do Estado do Paraná – MPPR
5.2 – Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Patrimônio Público e à Ordem Tributária – CAOPPPOT
5.3 – Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional – SubPlan
5.4 – Promotorias de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público
5.5 – Grupos Especializados na Proteção ao Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa – Gepatrias
5.6 – Centro de Apoio à Execução – CAEx
5.7 – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
5.8 – Governo do Estado do Paraná
5.9 – Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – ALPR
5.10 – Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR
5.11 – Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA
5.12 – Rede de Controle da Gestão Pública do Paraná – RCGP/PR
5.13 – Controladoria-Geral do Estado – CGE/PR
5.14 – Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – Celepar
5.15 – Poderes Executivo e Legislativo Municipais do Paraná
5.16 – Demais órgãos da Administração Pública
5.17 – Terceiro Setor
5.18 – Cidadãos e sociedade em geral
5.19 – Itaipu Binacional

5.20 – Parque Tecnológico de Itaipu – PTI
5.21 – Observatório Social do Brasil – OSB
5.22 – Centro de Estudos Positivo Ltda. (UNIVERSIDADE POSITIVO)
5.23 – Instituições de ensino

6. Premissas

6.1 – Permanente interlocução com os diversos atores que, direta ou indiretamente, participam e/ou são impactados pelos efeitos das atividades desenvolvidas, com destaque para a participação, em rede, dos órgãos de controle da Administração Pública e de controle social no processo de definição de objetivos e requisitos a serem observados no âmbito do Estado do Paraná para potencialização das ações focadas no objeto deste Projeto.

6.2 – Disponibilidade e efetividade de recursos técnicos do CAEx/NATE e das Promotorias de Justiça em relação às (re)avaliações e monitoramento dos Portais de Transparência dos entes públicos paranaenses, consignando-se que até o momento 100% dos Municípios e Câmaras paranaenses foram objeto de avaliação.

6.3 – Disponibilização de ferramentas e soluções tecnológicas, por meio de instrumentos de parcerias com a Celepar, Itaipu Binacional e Parque Tecnológico da Itaipu, que auxiliem o gestor público na adequação dos Portais de Transparência, com especial enfoque nos entes públicos que possuem dificuldades orçamentárias, de pessoal ou técnicas para a adequação e alimentação dos seus Portais de Transparência.

6.4 – Disponibilização, por parceiros, de ferramenta automatizada de coleta de dados e verificação dos Portais de Transparência dos órgãos públicos, com a apresentação de dados analíticos de conformidade – *Business Intelligence* (*BI*).

6.5 – Disponibilização da nova versão do aplicativo "Menor Preço/Nota Paraná", pela Secretaria de Estado da Fazenda, o qual possibilitará a cotação de preços de produtos adquiridos, por atacado, no âmbito do Estado do Paraná, visando a fornecer o preço de referência para as licitações realizadas pela Administração Pública. O aplicativo, com a finalidade de conferir segurança, viabiliza a emissão de certificado com o histórico da consulta.

6.6 – Manutenção do Acordo de Colaboração firmado com o Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. (n.º 032/2016), o qual tem por objetivo a "*implementação de projetos que visem à promoção da transparência pública e do controle social*".

6.7 – Manutenção dos Acordos de Colaboração celebrados com a Associação dos Municípios do Paraná – AMP (n.º 023/2015) e com a Associação das Câmaras, Vereadores e Gestores Públicos do Paraná – ACAMPAR, atual UVEPAR (n.º 024/2015), os quais têm por objetos, respectivamente, a "*implementação de ações visando fomentar a organização e modernização dos municípios em matéria de transparência pública*", e a "*implementação de ações visando fomentar a organização e modernização das câmaras municipais em matéria de transparência pública, para cumprimento da Lei Complementar 101/2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal) e da*

Lei 12.257/2011 (Lei de Acesso à Informação) por parte dos órgãos e entidades do poder público paranaense".

6.8 – Manutenção do Acordo de Colaboração firmado com o Observatório Social do Brasil (n.º 010/2015), o qual tem por objeto "*a cooperação técnica entre as partes, visando garantir a transparência na administração pública, por meio do monitoramento e fiscalização do cumprimento da Lei n.º 12.527/2011 por parte dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, no que concerne à obrigatoriedade da divulgação de informações públicas acessíveis em seus sítios oficiais na rede mundial de computadores (Internet), e quanto ao cumprimento da Lei Complementar n.º 131/2009 (que acrescentou dispositivos à Lei Complementar n.º 101/2000-LRF), com a disponibilização pública, em meio eletrônico, das informações necessárias à transparência da gestão fiscal em todos os municípios*".

6.9 – Manutenção do Termo de Cooperação celebrado com o Conselho Regional de Contabilidade (n.º 008/2014), cujo objetivo é a "*troca de informações não confidenciais e o aprimoramento das atividades contábeis de prestação de contas das fundações e entidades de interesse social no Estado do Paraná, visando à melhor qualidade dos trabalhos e a transparência na gestão dos recursos públicos*".

6.10 – Manutenção e/ou renovação dos Termos de Cooperação firmados com a Associação Paranaense de Cultura (n.º 024/2013), Lions Clube de Curitiba (n.º 012/2013), Instituto Atuação (n.º 015/2013), Fundação Escola do Ministério Público (n.º 009/2013), Coordenação Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança (n.º 011/2013), Sindicato das Empresas de Publicidade Externa do Estado do Paraná (n.º 007/2013) e Secretaria do Esporte do Estado do Paraná (n.º 005/2013), cujo objeto é "*promover e apoiar o combate à corrupção e disseminar uma cultura baseada na dignidade, na honestidade, em princípios éticos, na participação social e no exercício pleno da cidadania*".

6.11 – Disponibilização de equipe integrante do CAOPPPOT para desenvolvimento de produtos de sua responsabilidade, monitoramento e acompanhamento da correta adesão ao Projeto, inclusive registral (Sistema PRO-MP), pelas Promotorias de Justiça com atribuições em matéria de Patrimônio Público.

6.12 – Conformidade da atuação das Promotorias de Justiça com atribuições em matéria afeta ao Patrimônio Público com as atividades e etapas previstas no Projeto, inclusive registral (Sistema PRO-MP).

6.13 – Manutenção de integração com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

6.14 – Manutenção e fortalecimento do Grupo de Trabalho de Gestão dos Portais de Transparência do Estado do Paraná, integrado por representantes do MPPR, Governo do Estado do Paraná, Celepar e Controladoria-Geral do Estado do Paraná, com a finalidade de aprimorar o Portal de Transparência do Estado e possibilitar que este sirva de modelo de excelência para os Portais dos demais órgãos públicos.

6.15 – Disponibilização de ferramentas e soluções tecnológicas, por meio de instrumento de parceria com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para a execução, nos Municípios paranaenses, de novas funcionalidades do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) e do ComprasNet, e sua integração com os Portais da Transparência do Estado do Paraná.

6.16 – Promover o interesse e a iniciativa de segmentos da sociedade civil organizada

para fiscalizar a regularidade, clareza, autenticidade, integridade e temporalidade da disponibilização das informações nos Portais da Transparência.

7. Restrições

7.1 – Óbices operacionais relacionados à alimentação e adequação dos Portais, em especial no que se refere aos Municípios de pequeno porte e/ou que apresentem arrecadação insuficiente.

7.2 – Precariedade de acesso às ferramentas e soluções tecnológicas disponíveis aos entes públicos com dificuldades orçamentárias.

7.3 – Dificuldades decorrentes da falta de parametrização da taxonomia utilizada para a aferição dos requisitos que devem ser contemplados nos Portais de Transparência, devido à falta de integração ente os órgãos de controle.

7.4 – Dificuldade na verificação ininterrupta dos Portais de Transparência de todos os órgãos públicos paranaenses.

8. Custos

Categoria	Detalhamento	Responsável pela Aquisição	Método de Aquisição	Data Limite para Aquisição	Custo Estimado
Realização de obras e instalações	Não há.				-
Aquisição de equipamentos (permanente)	Não há.				-
Aquisição de material (consumo)	Não há, desde que a confecção das cartilhas, ferramentas e soluções tecnológicas sejam realizadas por parceiros				-
Diárias e passagens	Não há, salvo as ordinárias para cursos e eventos de capacitação ou sensibilização				-
Serviços de Terceiros	Não há, desde que disponibilização por parceiros				-
Treinamentos	Não há, salvo eventos ordinários de capacitação ou sensibilização				-
				TOTAL	**-**

9. Plano de Comunicação

Interessados		Necessidade de informação	Frequência	Responsável
a)	SubPlan	Relatório de progresso	Mensal	CAOPPPOT
b)	CAOPPPOT	Relatório de Procedimentos Instaurados	Mensal	Promotorias de Justiça aderentes ao Projeto e CAOPPPOT
c)	CAOPPPOT	Relatório das avaliações realizadas	Mensal	CAEx/NATE
d)	Corregedoria-Geral do Ministério Público	Relação das Promotorias de Justiça não aderentes ao Projeto com atribuições sobre entes públicos municipais irregulares	Semestral	CAOPPPOT
e)	Corregedoria-Geral do Ministério Público e Promotorias de Justiça	Relação das Promotorias de Justiça aderentes ao Projeto	Semestral	CAOPPPOT
f)	Assessoria de Comunicação	Divulgação de notícias do Projeto	Regular	Assessoria de Comunicação do MPPR

10. Riscos

Risco		Resposta
a)	Não adesão a TACs ou improcedência de ações propostas em relação aos municípios com população de até dez mil habitantes, ante as possibilidades interpretativas da norma prescrita no artigo 8.º, §4.º, da Lei de Acesso à Informação.	Buscar a adesão voluntária destes municípios aos TACs.
b)	As condições de atendimento a todas as exigências legais pelos gestores dos municípios de menor porte, em virtude de seus níveis gerenciais, limitações estruturais em ativos de TI e dificuldades técnicas de seus integrantes, podem restringir a condição destes entes em aderir ou cumprir TACs e Recomendações Administrativas.	Para os municípios de menor porte, avaliar quais itens não puderam ser cumpridos por inequívoca restrição invencível, colaborando para a criação das condições faltantes e, não sendo possível, limitando a adoção das medidas judiciais cabíveis aos descumprimentos voluntários vencíveis.
c)	Não fornecimento de ferramentas e soluções tecnológicas pelos parceiros.	Buscar a colaboração de outros entes.

11. Indicadores do Projeto

Indicador		Fórmula do indicador	Meta	Forma de coleta	Responsável
a)	Municípios e Câmaras Municipais com certidão de constatação em	(número de certidões de constatação realizadas / número de entes públicos	**100%**	Certidões de constatação expedidas	CAEx/NATE

	avaliação inicial	municipais)*100			
b)	Adesão ao Projeto pelas Promotorias de Justiça e Gepatrias	(número de procedimentos instaurados/ número de entes públicos municipais investigados) *100	**100%**	PRO-MP	Promotorias de Justiça e Gepatrias
c)	Procedimentos Instaurados	(número de procedimentos instaurados / número certidões de constatação com apontamento de irregularidades) *100	**100%**	PRO-MP	CAOPPPOT
d)	Recomendações expedidas ou TACs firmados	(número de recomendações ou TACs / número procedimentos instaurados) *100	**100%**	PRO-MP	CAOPPPOT
e)	Municípios e Câmaras Municipais monitorados com procedimentos instaurados para regularização	(número de certidões de monitoramento realizadas / número de entes públicos municipais investigados)*100	**100%**	Certidões de monitoramento expedidas	CAEx/NATE
f)	Municípios e Câmaras Municipais com Portais de Transparência regularizados a partir da atuação ministerial	(número de entes públicos municipais com Portais de Transparência regularizados após Recomendação Administrativa ou TAC / número procedimentos instaurados com recomendação ou TAC)*100	**100%**	PRO-MP	CAOPPPOT
g)	Ações judiciais propostas em relação a entes públicos com irregularidades vencíveis[1]	(número de ações judiciais propostas / número de entes públicos municipais com irregularidades vencíveis)*100	**100%**	PRO-MP	CAOPPPOT

12. Aprovação do Plano de Gerenciamento do Projeto

Elaborado por	Data	Assinatura

[1]Por irregularidades vencíveis deve-se observar o item 10, “c”, deste Plano de Gerenciamento de Projeto.

Maria Cecília Delisi Rosa Pereira e Leonardo Dumke Busatto	01.10.2018	
Revisado por	**Data**	**Assinatura**
Maria Cecília Delisi Rosa Pereira e Leonardo Dumke Busatto	08.10.2018	
Ciente das unidades envolvidas	**Data**	**Assinatura**
CAEx – Bruno Sérgio Galati	08.10.2018	
Avaliação SUBPLAN	**Data**	**Assinatura**
SubPlan		

Siglas:

ACAMPAR – Associação das Câmaras, Vereadores e Gestores Públicos do Paraná

AMP – Associação dos Municípios do Paraná

CAEx – Centro de Apoio Técnico à Execução

CAOPPPOT – Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Patrimônio Público e à Ordem Tributária

Celepar – Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná

Gepatrias – Grupos Especializados na Proteção ao Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa

MPPR – Ministério Público do Estado do Paraná

NATE – Núcleo de Apoio Técnico Especializado

PRO-MP – Sistema de Registro e Acompanhamento de Procedimentos Extrajudiciais

RA – Recomendação Administrativa

RCGP/PR – Rede de Controle da Gestão Pública do Estado do Paraná

SubPlan – Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

TI – Tecnologia da Informação

UVEPAR – União de Câmaras, Vereadores e Gestores Públicos do Paraná

ANEXO 01 – RELATÓRIO DE ATIVIDADES
PROJETO "TRANSPARÊNCIA NOS MUNICÍPIOS"
(PERÍODO DE APURAÇÃO: 2012 a 2018"

ATIVIDADES	RESPONSÁVEL	DATA	SITUAÇÃO	PA (Fls.)
Abertura do Projeto Setorial "Transparência nos Municípios", de iniciativa do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Patrimônio Público, alinhado com as diretrizes do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e com a Administração Superior do MPPR, com o objetivo de *"zelar pela transparência da gestão pública"* (*sic*). Atribuiu-se como justificativa para a elaboração do projeto, o seguinte: *"A amplitude da Administração Pública recomenda que o controle sobre ela seja o mais amplo possível. Entretanto, o exercício do controle está condicionado ao acesso às informações dos órgãos públicos. Observa-se, no entanto, que grande parcela das informações não se encontra disponível ou não são inteligíveis. Vê-se, nessa perspectiva, a necessidade de se implantar e aperfeiçoar os denominados portais da transparência, de forma a que neles contenham os dados públicos necessários ao efetivo exercício das diversas formas de controle"* (*sic*).	CAOPPPOT	01.10.2012	Atividades em andamento	02/04
Despacho determinando o envio de Ofícios aos Centros de Apoio Operacionais da Criança e do Adolescente e da Educação, da Saúde Pública, do Consumidor e dos Direitos Humanos, devidamente acompanhados de cópia de *"certidão de constatação"* (*sic*), com o fito de que fossem coletados dados que permitissem a análise prévia do que precisava ser aperfeiçoado em relação à publicidade da gestão pública nas diversas áreas de atuação do Ministério Público.	CAOPPPOT	19.10.2012	Finalizada	05/18
Juntada do Ofício n.º 206/2012/CAOPCON, remetido pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor ao CAOPPP, por meio do qual o Procurador de Justiça Coordenador daquele CAOP, Dr. Ciro Expedito Scheraiber, encaminhou sugestões de assuntos referentes ao Projeto Setorial em desenvolvimento pelo CAOPPP,	CAOPPPOT e CAOPCON	07.11.2012	Finalizada	20/23

destacando-se, entre eles: informações relativas à existência do PROCON Estadual, do FECON, *sites* das agências reguladoras, de serviço funerário, do transporte público, *etc*..				
Juntada do Ofício n.º 259/2012 – CAOPEduc, remetido pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Criança e do Adolescente e da Educação ao CAOPPP, por meio do qual a Promotora de Justiça Hirmínia Dorigan de Matos Diniz, encaminhou o Parecer n.º 09/2012 – CAOPEduc, contendo sugestões de informações e dados considerados relevantes à transparência, principalmente aqueles referentes ao artigo 212 da Constituição Federal, bem como os atinentes ao FUNDEB e aos recursos públicos recebidos pelos municípios, em razão dos programas e ações do Governo Federal.	CAOPPPOT e CAOPEduc	30.11.2012	Finalizada	25/33
Envio do Ofício Circular n.º 001/2013– CAOPPP às Promotorias de Justiça do Estado do Paraná, noticiando a implantação do Projeto Setorial "Transparência nos Municípios", com fundamento nos seguintes dispositivos legais e supralegais: no artigo 5.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal; na Lei de Acesso à Informação (n.º 12.527/2011); nos artigos 48 e 73-B da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n.º 101/2000, com alterações da LC n.º 131/2009); na Lei Complementar Estadual n.º 137/2011, que dispõem sobre a publicidade dos atos praticados no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios; e no "Movimento Paraná Sem Corrupção". Informou-se, também, a respeito do *III Encontro do Movimento Paraná Sem Corrupção*, onde foram expostas as linhas gerais do Projeto.	CAOPPPOT	07.03.2013	Finalizada	35/39
Juntada de cópia de TAC firmado entre a Promotoria de Justiça da Comarca de Ortigueira e o Município de Ortigueira, em 27.06.2010.	CAOPPPOT e Promotoria de Justiça da Comarca de Ortigueira	08.03.2013	Finalizada	54/73
Envio do Ofício Circular n.º 002/2013– CAOPPP às Promotorias de Justiça do Estado do Paraná, por meio do qual foi remetida minuta da *Certidão de Constatação* dos Portais de Transparência para análise e encaminhamento de sugestões.	CAOPPPOT	05.04.2013	Finalizada	40

Juntada de cópia de análise do *blog* "Índice de Transparência", contendo informações das *"Características do Portal da Transparência do Governo do Estado do Paraná"* (*sic*), referente ao exercício de 2012.	CAOPPPOT	05.04.2013	Finalizada	41/43
Juntada do Ofício n.º 0110/2013, remetido pela Promotoria de Justiça da Comarca de Carlópolis, em resposta ao Ofício Circular n.º 002/2013 – CAOPPP, contendo cópia da Certidão de Constatação do *"Portal eletrônico"* (*sic*) daquela Comarca, devidamente preenchida.	CAOPPPOT e Promotoria de Justiça da Comarca de Carlópolis	19.04.2013	Finalizada	44/51
Envio do Ofício Circular n.º 004/2013 às Promotorias de Justiça do Estado do Paraná, por meio do qual foram encaminhadas cópia da notícia do Jornal Gazeta do Povo, veiculada em 14.05.2013, segundo a qual 80% (oitenta por cento) das cidades "*pequenas*" (*sic*) do Paraná não cumprem a *"Lei da Transparência"* (*sic*); notícia do Jornal Folha de São Paulo, veiculada em 29.05.2013, intitulada *"Norma sobre transparência empaca em cidades pequenas"* (*sic*); cópia do editorial do Jornal Folha de São Paulo, veiculado em 11.06.2013, intitulada *"Nó na Transparência"* (*sic*); e cópia do *"Guia de implantação de Portal da Transparência da CGU"* e da *Instrução Normativa n.º 89/2013 do TCE-PR*.	CAOPPPOT	13.06.2013	Finalizada	74/110
Audiência Pública do *"Movimento Paraná Sem Corrupção"*, ocorrida na Universidade Federal do Paraná – UFPR, ocasião em que foram colhidas sugestões para subsidiar futuras ações do projeto Transparência nos Municípios, quais sejam : a) – *"elaboração de um documento guia para portais de transparência para prefeituras e câmaras municipais do Paraná"* (*sic*); e b) – *"difusão dos procedimentos de registro e participação de organizações cíveis na administração pública"* (*sic*).	CAOPPPOT e UFPR	14.06.2013	Finalizada	52/53
Reunião sobre o Projeto Setorial *"Transparência nos Municípios"*.	CAOPPPOT	11.09.2013	Finalizada	113/114

A rede de franquias de plataformas *online* "Portal da Cidade", do Município de Umuarama, divulgou que o *"Portal da Transparência deve ficar pronto em dezembro, informa MPE[2]"* (*sic*).	CAOPPPOT e SubPlan	18.09.2013	Finalizada	*Clipping* de notícias da SubPlan
Juntada do Ofício NRTPPPNP n.º 1276/2013-A, remetido pela Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Platina ao CAOPPPOT, por meio do qual encaminhou-se o registro de intenção de adesão de alguns Municípios e Câmaras de Vereadores ao *"site federativo (gratuito) da CELEPAR sobre transparência"* (*sic*).	CAOPPPOT e Promotoria de Justiça da Comarca de Santo Antônio da Platina	08.10.2013	Finalizada	115/132
O Jornal Gazeta do Povo noticiou que *"órgãos de controle lançam modelo de portal da transparência para prefeituras do PR[3]"* (*sic*).	CAOPPPOT e SubPlan	16.10.2013	Finalizada	*Clipping* de notícias da SubPlan
O MPPR divulgou o Projeto Setorial "Transparência nos Municípios" e informou que ele poderia beneficiar até 180 (cento e oitenta) Municípios paranaenses. A notícia também anunciou a programação do *I Encontro Estadual da Rede de Controle de Gestão Pública do Paraná*, que ocorreu em 17.10.2013[4].	MPPR, SubPlan, CAOPPPOT e Rede de Controle de Gestão Pública do Paraná	16.10.2013	Finalizada	*Clipping* de notícias da SubPlan

[2] Endereço eletrônico não disponível.

[3] https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/orgaos-de-controle-lancam-modelo-de-portal-da-transparencia-para-prefeituras-do-pr-4a03c7rzql7b6x8g8y6pzwdhq/

[4] http://www.comunicacao.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=3986

Publicação no Jornal Gazeta do Povo, noticiando que *"metade das cidades do Paraná não cumpre a Lei da Transparência à risca": dos 399 municípios do estado, 193 ainda descumprem ao menos em parte a lei aprovada em 2009 que determina a divulgação dos gastos públicos na internet"*[5] (*sic*).	CAOPPPOT e SubPlan	25.10.2013	Finalizada	*Clipping* de notícias da SubPlan
Readequação do "Termo de Abertura" do Projeto Transparência nos Municípios, com cópia encaminhada, via ofício, à SubPlan.	CAOPPPOT e SubPlan	19.11.2013	Finalizada	157/160
O Jornal Gazeta do Povo publicou notícia afirmando que *"recuo do TC adia lançamento do portal municipal da transparência: inicialmente, o Tribunal de Contas havia se comprometido a abastecer a página com informações das prefeituras. Mas o órgão alegou que não pode se responsabilizar por dados não verificados"* (*sic*). Constou na reportagem: "[…] *O acordo inicial previa que uma equipe do próprio TC alimentasse a página, já que os municípios são obrigados a remeter dados de gestão periodicamente ao órgão. Dessa forma, o trabalho das prefeituras e das câmaras municipais seria praticamente zero. O tribunal, no entanto, entendeu que cabe aos municípios fazer diretamente a alimentação do portal. Na avaliação da corte, se alimentasse o site com os dados sob sua custódia, estaria chancelando informações ainda passíveis de análise e confirmação, que, inclusive, podem conter erros ou imprecisões*. […][6]" (*sic*).	*Clipping* da SubPlan	16.01.2014	Finalizada	*Clipping* de notícias da SubPlan
Juntada do Ofício n.º 313/2013, datado de 13.12.2013, encaminhado pela organização não governamental "Vigilantes da Gestão Pública" ao CAOPPPOT, por meio do qual relatou-se o seguinte: *"Solicitação de informação de compras públicas e outros relativos à Gestão de Recursos na Prefeitura de Pato Branco-PR. Ausência de informações no Portal da Transparência,*	CAOPPPOT	29.01.2014	Finalizada	113/137

[5] https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/metade-das-cidades-do-parana-nao-cumpre-a-lei-da-transparencia-a-risca-2wnamlgdf8i7ysmrnsbgz8fgu/

[6] Leia mais em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/recuo-do-tc-adia-lancamento-do-portal-municipal-da-transparencia-9f8zisodoc0dmlrui5s3jfk9a/> Copyright © 2018, Gazeta do Povo. Todos os direitos reservados.

site da prefeitura. Cobrança indevida de preço público no valor de R$ 1,42 (um real e quarenta e dois centavos) por folha, para fornecimento de informação ao Controle Social" (*sic*).				
Juntada do *"Plano do Projeto – Portal da Transparência nos Municípios"*. Versão 1.4, referente a Janeiro de 2014, elaborado pela CELEPAR.	CAOPPPOT e CELEPAR	Jan/2014	Finalizada	138/156
Restituição dos autos de PA n.º MPPR-0046.12.008442-4 ao CAOPPPOT, o qual havia sido encaminhado ao CAEx, contendo a Informação de Auditoria n.º 051/2014, cujo objeto era *"Acompanhar a implementação do Projeto Setorial da Transparência nos Municípios, gerenciado pelo Centro de Apoio do Patrimônio Público"* (*sic*).	CAOPPPOT e CAEx-NATE	20.03.2014	Finalizada	161/162
Lançamento oficial do Projeto Setorial "Transparência nos Municípios", ocorrido durante a reunião da Rede de Controle da Gestão Pública do Paraná, na sede do MPPR, na presença do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Gilberto Giacoia, do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional, Dr. Bruno Sérgio Galati, do Presidente da AMP, Luiz Sorvos, de representantes do CAOPPPOT, da CELEPAR e de outros integrantes da Rede.	Administração Superior do MPPR, CAOPPPOT, SubPlan, CELEPAR, AMP e Rede de Controle da Gestão Pública do Paraná	30.10.2014	Finalizada	167/168
Início das avaliações dos Portais da Transparência dos Poderes Executivo e Legislativo municipais pelo Centro de Apoio à Execução – CAEx do MPPR.	CAOPPPOT, CAEx-NATE e SubPlan.	Jan/2015	Atividades em andamento	Etapa divulgada pela SubPlan
Reunião sobre os Portais da Transparência, na qual estiveram presentes, representantes do CAOPPPOT (Dra. Maria Cecília Delisi Rosa Pereira), da SubPlan (Drs. Bruno Sérgio Galati, Murilo Cezar Soares e Silva e Sra. Elaine Mara Vistuba Kawa), do Observatório Social dos Campos Gerais (Sr. Ney Danóbrega Ribas), do Observatório Social de Guarapuava (Sr. José Abel) e do Observatório Social do Brasil (Sras. Roni Enara Rodrigues e Letícia	CAOPPPOT, SubPlan e Observatório Social do Brasil.	10.02.2015	Finalizada	169 e 204

de Carlos Cardoso). Na oportunidade, as partes manifestaram interesse em firmar *"Acordo de Cooperação"* (*sic*), com a finalidade de melhorar a fiscalização da Administração Pública no Estado do Paraná e fortalecer o controle social.				
Encaminhamento das ***"certidões de constatação"*** **da situação dos Portais de Transparência de todos os Municípios e Câmaras Municipais do Estado do Paraná às Promotorias de Justiça do Estado do Paraná**., bem como o **passo a passo para a adoção das medidas tendentes à criação e/ou adequação dos referidos Portais** e **modelos de peças**.	CAOPPPOT	Mar/2015	Finalizada	Etapa divulgada pela SubPlan
Instauração de procedimentos extrajudiciais nas Promotorias de Justiça do Estado do Paraná para apurar a situação dos Portais da Transparência das Prefeituras e Câmaras Municipais em razão das atividades relacionadas com o projeto Transparência nos Municípios.	CAOPPPOT e Promotorias de Justiça	Mar/2015	Atividades em andamento	Etapa divulgada pela SubPlan
Reunião com a SubPlan e representantes do Observatório Social para apresentação da minuta do *"Termo de Cooperação"* a ser firmado entre o último e o MPPR.	CAOPPPOT, SubPlan e Observatório Social do Brasil	10.03.2015	Finalizada	205
Reunião com o TCE-PR para tratativas relacionadas com os Portais da Transparência.	CAOPPPOT e TCE-PR	10.03.2015	Atividades em andamento	206
Publicada notícia no *site* do MPPR, na qual foi exposta a *"estratégia para a regularização de portais da transparência nos municípios do Paraná*[7]*"* (*sic*). Destacou-se que a avaliação inicial dos Portais da Transparência das Prefeituras e Câmaras de Vereadores do Estado revelou que 97,24% (noventa e sete vírgula vinte e quatro por cento) dos Portais não apresentavam planos de contas, 46,62% (quarenta e seis vírgula sessenta e dois por cento) não informavam o cronograma administrativo, 29,82% (vinte e nove vírgula oitenta e dois por cento) não registravam	MPPR e CAOPPPOT	24.03.2015	Finalizada	207

[7] http://www.comunicacao.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=5223

leis e atos administrativos e que 60,40% (sessenta vírgula quarenta por cento) não apresentavam a data da última atualização. Também foi noticiado que a primeira etapa do Projeto consistia no desenvolvimento da plataforma tecnológica *"Transparência nos Municípios"* pela CELEPAR, com o apoio do MPPR, do TCE-PR, da Associação dos Municípios do Paraná – AMP e da Associação de Câmaras e Vereadores do Paraná – ACAMPAR (atual UVEPAR).				
Foram firmados diversos Termos de Ajustamento de Conduta com a finalidade de regularizar os Portais da Transparência dos Municípios e Câmaras Municipais do Estado do Paraná. O MPPR publicou notícia no seu *site* informando que *"Promotorias firmam TACs e ajuízam ação requerendo adequação de portais da transparência"* (*sic*). Constou na notícia: *"No processo de adequação, os municípios poderão utilizar a plataforma tecnológica 'Transparência Municípios', lançada oficialmente em outubro passado, por iniciativa da Rede de Controle da Gestão Pública do Paraná, formada por diversos órgãos de controle, dentre eles o Ministério Público do Paraná. A ferramenta foi desenvolvida pela Celepar, com apoio do MP-PR, do Tribunal de Contas e da Associação dos Municípios do Paraná. A adesão à plataforma 'Transparência Municípios' é sugerida porque proporciona a utilização de um modelo gratuito e adequado pelos entes públicos que ainda não possuem um sistema ou têm um que não está em conformidade com a legislação. Além da economia de recursos públicos com o desenvolvimento de sites próprios, a solução garante que a população tenha acesso às informações relativas à administração pública no menor tempo possível e o efetivo cumprimento da Lei de Acesso à Informação, que dispõe sobre os portais da transparência*[8]*"* (*sic*).	Promotorias de Justiça, CAOPPPOT e MPPR	13.04.2015	Atividades em andamento	Etapa divulgada pela SubPlan – *Clipping* de notícias

[8] http://www.comunicacao.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=5274

Os Portais da Transparência das Prefeituras e Câmaras Municipais paranaenses começaram a ser regularizados.	Promotorias de Justiça e entes públicos municipais	Mai/2015	Atividades em andamento	Etapa divulgada pela SubPlan
Publicou-se notícia no *site "Síntese" relatando que o "Projeto 'Transparência nos Municípios' é apresentado na Assembleia Legislativa"* (*sic*). Constou do informe que *"o Portal da Transparência do Ministério Público do Paraná (MP-PR) e as ações desenvolvidas para aperfeiçoar os sites oficiais dos municípios foram apresentados a deputados e convidados pelo subprocurador-geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional do órgão, Bruno Sérgio Galati, nesta última quarta-feira (24), durante reunião no Plenarinho da Assembleia Legislativa. No encontro ele destacou a importância do projeto 'Transparência nos Municípios', desenvolvido pelo Ministério Público, que tem por objetivo promover a regularização dos portais da transparência nas 399 prefeituras e câmaras de vereadores do estado*[9]*"* (*sic*).	*Clipping* da SubPlan	26.06.2015	Finalizada	*Clipping* de notícias da SubPlan
Verificações de regularidade dos Portais da Transparência pelo CAEx-MPPR, feitos por meio de *"certidões de verificação"*, após a implantação do Projeto Estratégico.	CAEx-NATE do MPPR	Jul/2015	Atividades em andamento	Etapa divulgada pela SubPlan

[9] http://www.sintese.com/noticia_integra_new.asp?id=346427

O MPPR noticiou que as Promotorias de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público instauraram diversos inquéritos civis para acompanhar a adequação dos Portais de Transparência em 91% (noventa e uma por cento) das Prefeituras e Câmaras de vereadores do Estado[10].	Promotorias de Justiça, MPPR e CAOPPPOT	24.07.2015	Finalizada	*Clipping* de notícias da SubPlan
Foram ajuizadas diversas Ações Civis Públicas com a finalidade de corrigir, regularizar ou implantar os Portais da Transparência nos Municípios e Câmaras Municipais do Paraná.	Promotorias de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público	Set/2015	Atividades em andamento	Etapa divulgada pela SubPlan
Juntou-se aos autos o material distribuído no *3.º Encontro Estadual do Observatório Social do Brasil*, realizado em 21.07.2015, no Município de Guarapuava.	CAOPPPOT e Observatório Social do Brasil	03.08.2015	Finalizado	208/207
Juntada de sentença proferida pelo r. Juízo de Foz do Iguaçu, datada de 08.01.2015, por meio da qual foram julgados procedentes os pedidos formulados pelo Ministério Público do Estado do Paraná, condenando o Município de Foz do Iguaçu a implantar, alimentar regularmente e gerenciar tecnicamente o Portal da Transparência no âmbito do Poder Executivo municipal, bem como condenar o réu a criar, regulamentar e dar efetividade ao "*Serviço de Acesso às Informações Públicas ao Cidadão"* (*sic*).	CAOPPPOT		Finalizado	218/220
Publicação de notícia sobre reunião ocorrida no "*Núcleo de Trabalho de Proteção ao Patrimônio Público do Norte Pioneiro*" (*sic*), atual Gepatria da Região de Santo Antônio da Platina, realizada em 07.08.2015, para o lançamento da *"2.ª fase do 'Portal da Transparência nos Municípios'"* (*sic*) daquela região.	MPPR e Núcleo de Trabalho de Proteção ao Patrimônio Público do Norte Pioneiro	10.08.2015	Finalizado	222/227

[10] http://www.comunicacao.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=5540

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – ALEP divulgou o programa "*Espaço da Cidadania*", o qual estreou na TV Assembleia debatendo a importância da transparência nos Municípios[11].	*Clipping* da SubPlan	14.08.2015	Finalizado	*Clipping* de notícias da SubPlan
O MPPR noticiou que Associações de Prefeituras e Câmaras Municipais assinaram "Termo de Cooperação" com o MPPR para adequação dos Portais da Transparência[12].	MPPR, CAOPPPOT, SubPlan, AMP, ACAMPAR e outras Associações de Municípios e Câmaras Municipais do Paraná	29.10.2015	Finalizado	*Clipping* de notícias da SubPlan
Juntada de cópia de sentença proferida nos autos de *Ação Civil Pública para cominação de Obrigação de Fazer e Não Fazer*, datada de 11.12.2015, a qual foi ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Paraná face ao Município de Paranaguá, em que julgaram-se procedentes os pedidos iniciais, condenando o réu a implementar, alimentar regularmente, gerenciar tecnicamente o Portal da Transparência, bem como abster-se de omitir qualquer informação, dado ou esclarecimento que lhe fossem solicitados pela população.	CAOPPPOT	11.12.2015	Finalizado	228/230
O MPPR, o CAOPPPOT, a Controladoria-Geral do Estado e a Universidade Positivo estabeleceram parceria visando ao desenvolvimento de metodologia e trabalhos para medir o cumprimento da LAI nos 399 (trezentos e noventa e nove) Municípios do Estado do Paraná.	Administração Superior do MPPR, CAOPPPOT, CGE-PR e Universidade Positivo.	11.04.2016	Atividades em andamento	231/234

[11] http://www.alep.pr.gov.br/sala_de_imprensa/noticias/espaco-da-cidadania-estreia-na-tv-assembleia-debatendo-transparencia-nos-municipios-1

[12] http://www.comunicacao.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=5821

Comunicação de instauração de Inquérito Civil pela Comarca de Cianorte.	CAOPPPOT	12.08.2016	Finalizada	235/237
Comunicação de Promoção de Arquivamento pelo Ministério Público da Comarca de Maringá (celebrado TAC).	CAOPPPOT	07.10.2016	Finalizada	239/259
Comunicação de Promoção de Arquivamento feita pela Comarca de Palotina.	CAOPPPOT	26.10.2016	Finalizada	260/268
Reunião ocorrida em Foz do Iguaçu, com a presença de representantes do CAOPPPOT (Marco Antônio Corrêa de Sá e Maria Cecília Delisi Rosa Pereira), Diretores da Itaipu e membros do Parque Tecnológico da Itaipu, para tratar da elaboração do termo de cooperação cujo objeto é o desenvolvimento de um *software* que atendesse a necessidade dos Municípios paranaenses no tocante à alimentação e *database* dos Portais da Transparência.	CAOPPPOT, Itaipu e PTI da Itaipu	07.06.2017	Atividades em andamento	
Reunião ocorrida em Foz do Iguaçu, com a presença dos representantes do CAOPPPOT (Dra. Maria Cecília Delisi Rosa Pereira); da SubPlan (Sra. Elaine Mara Vistuba Kawa); da Diretoria do Parque Tecnológico Itaipu – PTI (Sr. Cláudio Osako, Dr. João Biral e equipe técnica); da Coordenadoria do Gepatria da região de Foz do Iguaçu (Dr. Marcos Cristiano Andrade); da AMP (Sr. Carlos Alberto Gebrim Preto e Dra. Francine Frederico); da UVEPAR (Dr. Paulo e Sr. Júlio Maruck) e de Gestores, Servidores e Presidentes de Câmaras dos Municípios lindeiros de Foz do Iguaçu e de Clevelândia, para apresentação dos resultados da avaliação dos Portais da Transparência, realizada pelo MPPR, no período compreendido entre 15 e 30 de junho/2017, e desenvolvimento de atividades em grupo e individuais com o objetivo de aplicar o *"Diagrama de Causa-Efeito para o problema 'Portal da Transparência não atende à legislação'"* (*sic*). Exemplificou-se, também, a boa prática ocorrida no Município de Clevelândia. Na oportunidade, a UVEPAR entregou cópia da pesquisa efetuada com 177 (cento e setenta e sete) Câmaras Municipais do Estado do Paraná, aplicada entre os dias 21 e 30 de junho de 2017, referente às dificuldades encontradas para o	CAOPPPOT; SubPlan; Parque Tecnológico Itaipu (PTI); Gepatria da região de Foz do Iguaçu; Gestores, Servidores e Presidentes das Prefeituras e Câmaras dos Municípios lindeiros de Foz do Iguaçu.	03.07.2017	Finalizada	Apenso n.º 01 do PA n.º MMP-0046.12.008442-4

cumprimento integral das exigências da LAI.				
Reunião ocorrida em Foz do Iguaçu, com a presença dos representantes do CAOPPPOT (Dra. Maria Cecília Delisi Rosa Pereira), da SubPlan (Sra. Elaine Mara Vistuba Kawa), da Diretoria do Parque Tecnológico Itaipu (Sr. Cláudio Osako, Dr. João Biral e equipe técnica) e da Coordenadoria do Gepatria da região de Foz do Iguaçu (Dr. Marcos Cristiano Andrade), para tratar dos problemas identificados no encontro ocorrido no mesmo dia com representantes das Prefeituras e Câmaras dos Municípios lindeiros de Foz do Iguaçu e de Clevelândia.	CAOPPPOT, SubPlan, Parque Tecnológico Itaipu (PTI) e do Gepatria da região de Foz do Iguaçu.	03.07.2017	Finalizada	Apenso n.º 01 do PA n.º MMP-0046.12.008442-4
Reunião na qual o CAOPPPOT (representado pela Dra. Maria Cecília Delisi Rosa Pereira) e representantes das Associações dos Municípios e Câmaras de Vereadores (Drs. Carlos Alberto Gebrim Preto e Francine Frederico, Srs. Jurandir Ricardo Pazianello Júnior, Marcelo Marins e outros) discutiram a instrumentalização e a readequação dos Portais da Transparência (Ata às fls. 910/918 do PA).	CAOPPPOT e representantes de Associações de Municípios e Câmaras de Vereadores.	20.07.2017	Atividades em andamento	911/917
Reunião com os Coordenadores dos Grupos Especializados na Proteção ao Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa – Gepatrias, na qual restou deliberado, dentre outras estratégias de atuação, que a centralização dos procedimentos investigatórios relacionados com os Portais da Transparência nos respectivos Gepatrias seria oportuna para otimizar a elaboração das certidões de verificação e porque se trata de um Projeto do MPPR, o qual depende de efetividade na sua persecução.	Administração Superior do MPPR, CAOPPPOT e Coordenadores dos Gepatrias	04.09.2017	Permanente	829/836
Juntada de cópia do Ofício Circular n.º 003/2017 – CAOPPPOT, por meio do qual sugeriu-se o envio dos procedimentos investigatórios porventura existentes nas Comarcas aos respectivos Gepatrias, para finalização.	CAOPPPOT	11.09.2017	Finalizada	839
Reunião com representante do TCE-PR (Dr. Rhodrigo Deda Gomes, Assessor de Planejamento da Presidência da Corte de Contas) e CAEx-NATE (Drs. Bruno Sérgio	CAOPPPOT, CAEx-NATE e TCE-PR	03.10.2017	Atividades em andamento	1060/1075

Galati e Joelson Luís Pereira) para discutir a parametrização de métodos de averiguação dos Portais da Transparência, e a uniformização de técnicas entre o MPPR e o TCE-PR.				
Despacho do CAOPPPOT determinando a formação do "Apenso 2" nos autos de PA n.º MPPR-0046.12.008442-4, o qual foi composto pelo *"Manual da LAI para Estados e Municípios"* (*sic*), editado pela CGU e pelo *"Manual de Carga de Dados"* (*sic*), editado pela CELEPAR; suspensão do feito por 60 (sessenta) dias; elaboração de certidão dos procedimentos extrajudiciais vinculados ao Projeto; e prorrogação de prazo do procedimento extrajudicial.	CAOPPPOT	06.11.2017	Finalizada	837/838
Juntada de cópia do Relatório n.º 02/2018, encaminhado pelo Gepatria de Francisco Beltrão, o qual dispõe sobre a coordenação do Projeto Transparência nos Municípios, instruído com tabelas e gráficos.	CAOPPPOT e Gepatria da Região de Francisco Beltrão	22.05.2018	Finalizada	842/891
Despacho do CAOPPPOT determinando a elaboração de certidão dos procedimentos extrajudiciais vinculados ao Projeto e, após a reunião que seria realizada com a Itaipu, a juntada da cópia da ata do respectivo encontro.	CAOPPPOT	11.06.2018	Finalizada	892
Juntada do Relatório atualizado dos procedimentos extrajudiciais vinculados ao Projeto Transparência nos Municípios. Data de verificação: 28.05.2018.	CAOPPPOT	12.06.2018	Finalizada	893/907
Reunião com o DD. Procurador-Geral de Justiça (Dr. Ivonei Sfoggia), representantes da Itaipu, do Parque Tecnológico da Itaipu (Superintendente do PTI, Dr. Jorge Augusto Calado Afonso), da SubPlan (Sra. Elaine Mara Vistuba Kawa) e da Empresa Datapedia (Sr. Marcos Silveira), dos membros do CAOPPPOT (Drs. Bruno Sérgio Galati, Maria Cecília Delisi Rosa Pereira, Leonardo Dumke Busatto e Gustavo Henrique Rocha de Macedo) e o Coordenador do Gepatria de Foz do Iguaçu (Dr. Marcos Cristiano Andrade), na qual houve apresentação do atual estágio do desenvolvimento do *software* relacionado aos Portais de Transparência dos entes públicos paranaenses e convencionou-se a apresentação do protótipo para o mês de agosto de 2018. Restou deliberado ainda a celebração de novo Termo de Cooperação entre o MPPR e a Itaipu, inclusive para	CAOPPPOT	13.06.2018	Atividades em andamento	

abranger a possibilidade de propagação do modelo para outros entes.				
Reunião com representantes de Associações de Municípios e Câmaras de Microrregiões do Estado (Srs. André Luís Bovo, Angela Kraus, Deybson Bitencourt, Rodrigo Jonas Savalhia, dentre outros), da AMP (Sr. Frank Ariel Schiavini, Dra. Francine Frederico e outros associados) e da UVEPAR (Sr. Júlio Maruch e outros associados) para tratar de temas afetos ao andamento do Projeto e dar início à formação do Grupo de Trabalho que organizará outras ações do Projeto (Ata às fls. 924/939 do PA).	CAOPPPOT, AMP, UVEPAR e Associações de Municípios e Câmaras de Microrregiões do Estado	20.06.2018	Atividades em andamento	924/939
Ofício n.º 55/2018/AMP e cópia do *e-mail* encaminhado pela UVEPAR, relacionados à formação da Comissão que tratará dos assuntos afetos aos Portais da Transparência.	CAOPPPOT	06.07.2018	Finalizada	920/923
Ofícios n.º 0169/2018 a n.º 0174/2018-CAOPPPOT, endereçados aos representantes da OAB que compõem o Comitê de Olho na Transparência, ao CRC/PR, ao CORECON/PR, ao Observatório Social do Brasil, ao Ministério Público de Contas do Estado do Paraná e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, convidando os retrocitados órgãos e entidades para comporem Grupo de Trabalho relacionado ao Projeto "Transparência nos Municípios".	CAOPPPOT	10.07.2018	Finalizada	940/945
Divulgados números atualizados em relação ao Projeto "Transparência nos Municípios", datados de 12.07.2018: ✓ 798 (setecentos e noventa e oito) Certidões de Constatações Expedidas; ✓ 177 (cento e setenta e sete) Certidões de Constatações Expedidas – Complementares; ✓ 798 (setecentos e noventa e oito) Procedimentos Investigatórios instaurados; ✓ 552 (queinhentos e cinquenta e dois) TACs firmados; e ✓ 65 (sessenta e cinco) Ações Civis Públicas ajuizadas.	CAOPPPOT e SubPlan	12.07.2018	Finalizada	Etapa divulgada pela SubPlan

Divulgados os indicadores do Projeto "Transparência nos Municípios" (atualizado em 12.07.2018): 1. GERAL [Planejado – 798 (setecentos e noventa e oito)]: ✓ 100% (cem por cento) de entes públicos com certidão de constatação inicial; ✓ 100% (cem por cento) de procedimentos instaurados; e ✓ 69,2% (sessenta e nove vírgula dois por cento) de TCAs firmados. 2. PODER EXECUTIVO [Planejado – 399 (trezentos e noventa e nove)]: ✓ 100% (cem por cento) de entes públicos com certidão de constatação inicial; ✓ 100% (cem por cento) de procedimentos instaurados; e ✓ 68,7% (sessenta e oito vírgula sete por cento) de TCAs firmados. 3. PODER LEGISLATIVO [Planejado – 399 (trezentos e noventa e nove)]: ✓ 100% (cem por cento) de entes públicos com certidão de constatação inicial; ✓ 100% (cem por cento) de procedimentos instaurados; e ✓ 69,7% (sessenta e nove vírgula sete por cento) de TACs firmados.	CAOPPPOT e SubPlan	12.07.2018	Finalizada	Etapa divulgada pela SubPlan
Reunião com representantes do CAEx-NATE (Auditores Sérgio Tomal, Fábio Henrique dos Santos e outros), Corregedoria-Geral do Estado (Dr. Matheus Klaus Portes Gruber e Sra. Karlla Hanayane Pereira) e Gepatria da região de Curitiba (Dra. Aysha Sella Claro de Oliveira) para tratar da próxima fase do Projeto, no tocante aos requisitos adicionais que poderão ser recomendados para adequação dos Portais da Transparência dos entes públicos paranaenses, onde restou deliberado, dentre outras medidas, o seguinte: a) – a definição de um padrão de taxonomia dos Portais; b) – fixação de um cronograma integrado de adequação dos Portais para execução pelos Municípios; c) – adequação dos Portais do Estado, dos Municípios e do Terceiro Setor; e d) –	CAOPPPOT, CAEx-NATE, Corregedoria-Geral do Estado do Paraná e Gepatria da Região de Curitiba	17.07.2018	Atividades em andamento	952/957

depois de iniciada a cooperação entre o MPPR e o TCE-PR, buscar uma solução técnica para o fim de acompanhar licitações e contratos (Ata às fls. 952/957 do PA).				
Ofício n.º 0180/2018-CAOPPPOT, endereçado ao DD. Controlador-Geral do Estado do Paraná, convidando-o para compor o Grupo de Trabalho e participar do evento institucional destinado à discussão da adequação dos Portais da Transparência dos entes públicos paranaenses, em 25.07.2018.	CAOPPPOT	17.07.2018	Finalizada	958
Correspondências contendo os aceites ao convite encaminhado por meio dos Ofícios n.º 0169/2018 a n.º 0174/2018-CAOPPPOT.	CAOPPPOT	17.07.2018 a 24.07.2018	Finalizada	946/950
Primeira Reunião do Grupo de Trabalho, composto por representantes do CAOPPPOT (Drs. Bruno Sérgio Galati, Maria Cecília Delisi Rosa Pereira, Leonardo Dumke Busatto e Gustavo Henrique Rocha de Macedo), da SubPlan (Sra. Elaine Mara Vistuba Kawa), da Casa Civil (Secretário-Chefe da Casa Civil, Dr. Dilceu Sperafico), da CGE-PR (Drs. Gerson Luiz Ferreira Filho e Matheus Klaus Portes Gruber, e Sra. Karlla Hanayane Pereira), do TCE-PR (Sr. Mauro Munhoz e Dr. Rhodrigo Deda Gomes), do Comitê de Olho na Transparência (Sr. Antônio Moacir Pozzobon), do CORECON-PR (Sr. Celso Bernardo), do Observatório Social do Brasil (Sra. Roni Enara), da AMP (Drs. Francine Frederico e Jurandir Parzinello), da UVEPAR (Sr. Itamar Cidral da S. Júnior) e das Associações de Câmaras e Municípios de Microrregiões do Estado (Srs. Paulo Paixão, André Luiz Bovo, Newton Hideki Tanimura, dentre outros) na qual restou deliberado, dentre outras medidas, o seguinte: a) – encaminhamento para formação de um grupo de trabalho formado pelo MPPR, TCE-PR e pela CGE-PR, com a finalidade de elaborar uma parametrização dos quesitos dos Portais da Transparência, priorizando os atos conjuntos para controle, o fortalecimento do controle social e o estabelecimento de um diálogo único com as Empresas de TI; b) – formação de um segundo grupo, composto por gestores públicos, Associações de Municípios e Câmaras, Comitê e Observatório, para que sejam discutidas sugestões e ouvidas experiências que possam auxiliar na próxima fase do Projeto	Grupo de Trabalho	25.07.2018	Atividades em andamento	959/979

Transparência nos Municípios; e c) – incluir dados sobre questões fiscais e Terceiro Setor nos Portais da Transparência (Ata da reunião juntada em 31.07.2018).				
Evento de capacitação promovido pelo Tribunal de Contas da União, em Curitiba-PR, em que se tratou, dentre outros temas, do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV). O objetivo deste evento abrangeu também o aprimoramento da transparência e controle (inclusive social) relacionados à execução de obras públicas e aos recursos públicos destinados ao Terceiro Setor. No âmbito deste CAOP, instaurou-se o PA n.º MPPR-0046.18.118442-8, cujo objeto é *registrar as ações de cooperação entre o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o Ministério Público do Estado do Paraná, para que a expansão das funcionalidades do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) seja implementada de forma pioneira nos Municípios paranaenses* (*sic*, Portaria de instauração n.º 068/2018). Trata-se de um desdobramento do Projeto Transparência nos Municípios.	CAOPPPOT	01.08.2018	Atividades em andamento	PA n.º MPPR- 0046.18.118442-8
Reunião com Coordenador-Geral de Fiscalização do TCE-PR, Sr. Mauro Munhoz, para tratar do Termo de Cooperação a ser celebrado entre o MPPR e TCE-PR (para a troca de dados) e indicação de nomes para participarem do Grupo de Trabalho. Ata da reunião juntada em 16.08.2018.	CAOPPPOT e TCE-PR	14.08.2018	Atividades em andamento	998/1009
Folha de Londrina noticia a quantidade de ações ajuizadas pelo MPPR com o objetivo de adequar os Portais da Transparência dos entes públicos do Estado. Juntada da notícia no formato jornal.	CAOPPPOT	16.08.2018	Finalizada	1010/1012
Reunião com representantes do TCE-PR (Srs. Rhodrigo Deda Gomes e André Antunes, respectivamente Assessor de Planejamento da Presidência e Gerente de Relacionamento e Comunicação do Tribunal de Contas), para tratar da parametrização dos requisitos exigidos pela referida Corte de Contas e pelo MPPR acerca dos Portais de Transparência dos entes públicos.	CAOPPPOT e TCE-PR	27.08.2018	Finalizada	
Determinação de elaboração de planilha, pela assessoria do CAOPPPOT, contendo	CAOPPPOT	27.08.2018	Finalizada	1038

comparativo dos critérios de análise dos Portais da Transparência utilizados pelo MPPR e pelo TCE-PR. Planilha juntada em 03.09.2018, às fls. 1039/1056 do PA.				
Reunião ocorrida em Brasília-DF, na qual os Promotores de Justiça Leonardo Dumke Busatto e Maria Cecília Delisi Rosa Pereira e a Diretora do Departamento de Transferências Voluntárias do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sra. Deborah Arôxa, trataram das *"funcionalidades do SICONV e da possibilidade de sua utilização como ferramenta apta a maximizar a transparência e o controle da execução de obras e serviços que utilizam recursos públicos nos Municípios paranaenses"* (*sic*, Portaria de instauração n.º 068/2018).	CAOPPPOT e Departamento de Transferências Voluntárias do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Governo Federal.	30.08.2018	Atividades em andamento	PA n.º MPPR- 0046.18.118442-8
Juntada do Material entregue pelo TCE-PR em 27.08.2018, composto pelo "Manual do ITP – Índice de Transparência da Administração Pública".	CAOPPPOT	03.09.2018	Finalizada	1013/1037
Reunião com os responsáveis técnicos dos Portais da Transparência do Estado, em especial pertencentes à Casa Civil, Controladoria Geral do Estado (Drs. Matheus Klaus Portes Gruber, Davi Xavier da Silva Neto e Thays Cristine Kruk da Rocha), ao Comitê de Qualidade da Gestão Pública (Sra. Luciana Aparecida Antunes Becker), à Comunicação Social e à Celepar (Srs. Cristiano Precoma, Marco Aurélio Venturini e Paulo Roberto Hagemeyer). Na oportunidade, os membros do CAOPPPOT entregaram cópia da certidão de verificação elaborada pelo MPPR no tocante ao Portal da Transparência do Estado do Paraná e deliberou-se sobre a participação do Ministério Público no Comitê de Qualidade da Gestão Pública.	CAOPPPOT, CGE-PR, Celepar e Comitê de Qualidade da Gestão Pública.	05.09.2018	Atividades em andamento	
Reunião com os Srs. Rhodrigo Deda Gomes (Assessor de Planejamento da Presidência) e André Antunes Fadel (Técnico de Controle e Gerente de Relacionamento e Comunicação), ambos representantes do TCE-PR, onde foi deliberado, dentre outras medidas, o seguinte: a) – dar andamento à taxonomia dos requisitos exigidos pelos Portais da Transparência do MPPR e do TCE-PR; e b) – ajustes para assinatura do Termo de Cooperação firmado entre o MPPR e o TCE-PR no sentido de conferir acesso ao	CAOPPPOT e TCE-PR.	11.09.2018	Atividades em andamento	

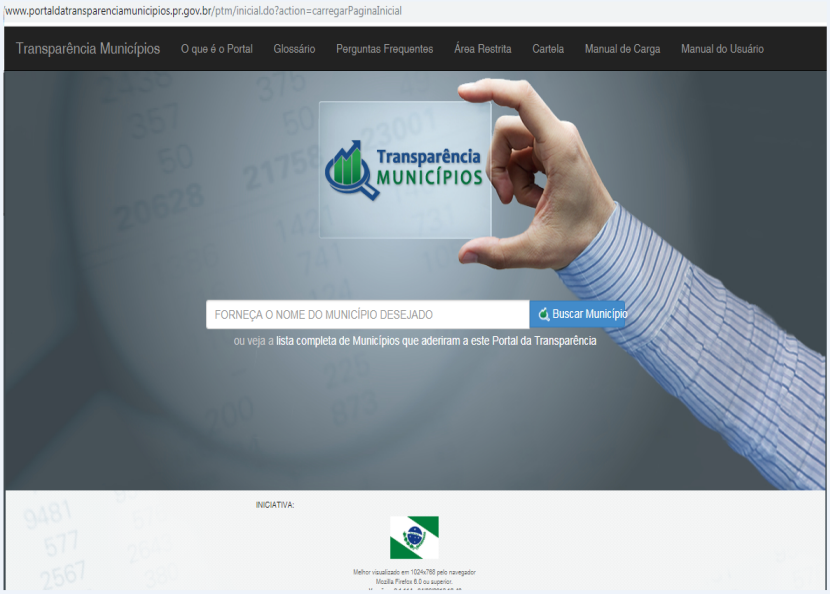
órgão ministerial do banco de dados da Corte de Contas. Na oportunidade, os representantes do TCE-PR informaram aos membros do CAOPPPOT sobre os novos projetos do Tribunal, consistentes em: estágio da instituição do ITP – Índice de Transparência da Administração Pública e abertura do Aviso de Chamamento Público para que organizações da sociedade civil com finalidades de atuação no controle social ou instituições de ensino superior (públicas ou privadas) auxiliem na coleta de dados e avaliação dos Portais da Transparência dos Municípios do Estado.				
Reunião com o Procurador-Geral de Justiça (Dr. Ivonei Sfoggia), com o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Dr. José Durval Mattos do Amaral) e com o Coordenador-Geral de Fiscalização do TCE-PR (Sr. Mauro Munhoz), para discutir a celebração de instrumento jurídico que permita o acesso do MPPR ao banco de dados e sistemas de informações da referida Corte de Contas. Na oportunidade, o Presidente do TCE-PR comprometeu-se a acelerar o procedimento para a assinatura do ajuste, a fim de que ocorra ainda no mês de setembro de 2018.	Administração Superior do MPPR, CAOPPPOT e TCE-PR.	18.09.2018	Atividades em andamento	
Reunião ocorrida em Brasília-DF, na qual os Promotores de Justiça Leonardo Dumke Busatto e Maria Cecília Delisi Rosa Pereira, representantes da Diretoria do Departamento de Transferências Voluntárias do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Governo Federal e do TCU discutiram detalhes da integração do SICONV com o sistema COMPRASNET e da *possível* cooperação entre o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o Ministério Público do Estado do Paraná, para que a expansão das funcionalidades do SICONV seja implementada de forma pioneira nos Municípios paranaenses.	CAOPPPOT, Departamento de Transferências Voluntárias do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Governo Federal e TCU.	19.09.2018	Atividades em andamento	PA n.º MPPR- 0046.18.118442-8
Juntada do *Clipping* "Transparência nos Municípios" – Período de apuração: dez/2015 a ago/2018: a) PARANAGUÁ – Prefeitura é condenada a atualizar informações do Portal da Transparência (14.12.2015); b) MP-PR firmou 359 TACs para adequação de portais da transparência em municípios do Paraná (22.12.2015);	CAOPPPOT	1.º.10.2018	Finalizada	11/26/1154

c) GUARAPUAVA – Promotoria e Prefeitura firmam TAC para regularização de portal da transparência (15.02.2016); d) FOZ DO IGUAÇU – Câmara Municipal é acionada para regularizar Portal da Transparência (13.03.2016); e) SANTA TEREZINHA DE ITAIPU – Justiça atende pedido do MP-PR e determina que Prefeitura regularize Portal da Transparência (27.07.2016); f) TRANSPARÊNCIA – Termo de cooperação incentiva participação de estudantes em atividades voltadas ao controle social (11.08.2016); g) CAMPO MOURÃO – MP-PR ajuíza ação para que prefeitura regularize Portal da `Transparência (23.08.2016); h) MATINHOS – MP-PR ajuíza ação para que Prefeitura regularize o Portal da Transparência (27.10.2016); i) RIBEIRÃO DO PINHAL – MP-PR requer execução de termo de ajustamento de conduta para regularização de Portal da Transparência; j) Projeto que prepara estudantes para fiscalizar poder público apresenta resultados (09.05.2017); l) HOJE – Evento marca os cinco anos da Lei de Acesso à Informação (15.05.2017); m) INSTITUCIONAL – MPPR apresenta projeto institucional de Portais da Transparência em evento da Rede de Gestão (01.11.2017); n) Corrupção, falta de transparência e a certeza da impunidade: o anel de Giges brasileiro (11.12.2017); o) Portal da Transparência do Legislativo de Foz do Iguaçu deve ser atualizado (12.04.2018); p) Municípios do Oeste terão modelo único de portal da transparência (26.07.2018); q) Prefeitura de Almirante Tamandaré deve ampliar a transparência e permitir o controle social das obras do município, recomenda o Ministério Público (01.08.2018); r) MPPR expede recomendação aos municípios de Fazenda Rio Grande, Mandirituba e Agudos do Sul sobre transparência de dados (07.08.2018); s) Município de Santa Terezinha do Itaipu firma termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público para adequar Portal da Transparência (08.08.2018); e t) Câmara Municipal de Foz do Iguaçu				

adere a modelo único de Portal da Transparência e firma termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público (23.08.2018).				
Relatório atualizado dos procedimentos extrajudiciais vinculados ao Projeto Transparência nos Municípios. Data de verificação: 28.09.2018.	CAOPPPOT	1.º.10.2018	Finalizada	1076/1101
Relatório de etapas e atividades relacionadas ao Projeto Transparência nos Municípios – período de apuração: 2012 a 2018, atualizado até 1.º.10.2018.	CAOPPPOT	1.º.10.2018	Finalizada	1155/1178
Reunião dos membros deste CAOPPPOT (Drs. Bruno Sérgio Galati, Leonardo Dumke Busatto e Maria Cecília Delisi Rosa Pereira) com representantes da Celepar (Srs. Tiago Roberto Fischer, Marlonn Della Bruna e Marcelo Luiz Hümmelgen) e da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA (Sra. Clarice Kusma Baisan Fernandes), ocorrida em 26.09.2018, para tratar da nova versão do aplicativo "Menor Preço/Nota Paraná", o qual possibilitará a captação de preços de produtos adquiridos, por atacado, no âmbito do Estado do Paraná, visando a fornecer os preços de referência para as licitações realizadas pela Administração Pública. Na oportunidade, os representantes da Celepar entregaram cópia das "Telas de fluxo de cálculo de referência de produtos do Portal Menor Preço" e lista de presença da reunião. Despacho com extrato da reunião juntado aos autos do PA em fls. 1179/1180.	CAOPPPOT, Celepar e SEFA	04.10.2018	Atividades em andamento	1179/1187
Juntou-se cópia do Protocolo n.º 21381/2018-PGJ-MP/PR e do Ofício n.º 59/2018/CEC (SEI – 0136777), relativos à concessão de autorização para participação da Promotora de Justiça deste CAOPPPOT, Dra. Maria Cecília Delisi Rosa Pereira, na reunião da Comissão Especial de Enfrentamento à Corrupção – CEC, a ser realizada em Brasília-DF, no dia 06 de novembro de 2018, na sede do CNMP, às expensas do orçamento destinado à CEC. Despacho com extrato da reunião juntado aos autos do PA em fls. 1179/1180.	Administração Superior, CNMP e CAOPPPOT	04.10.2018	Atividades em andamento	1188/1189
Reunião de membros deste CAOPPPOT (Drs. Leonardo Dumke Busatto e Maria Cecília Delisi Rosa Pereira) com representantes do Observatório Social Brasil (Sra. Roni Enara Rodrigues e Ney da	CAOPPPOT e Observatório Social Brasil	05.10.2018	Finalizada	1190/1191

Nobrega Ribas), ocorrida em 04.10.2018, para tratar de temas relacionados com o Projeto Transparência nos Municípios e sua nova fase, destinada aos Portais de Transparência do Estado e do Terceiro Setor.				
Juntou-se cópia de correspondência enviada pela Promotora de Justiça Maria Cecília Delisi Rosa Pereira à Secretaria Executiva da Fundação Parque Tecnológico Itaipu (PTI), em junho de 2017, com a finalidade de agendar reunião para tratar do Projeto Transparência nos Municípios.	CAOPPPOT e PTI	05.10.2018	Finalizada	1192/1193
Juntou-se cópia do Ofício n.º 024/2018/SUBJUR/NÚCLEO ESPECIAL, datado de 05.09.2018, encaminhado pelo Exmo. Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, Eliezer Gomes da Silva, para informar a existência dos autos de Inquérito Civil n.º MPPR-0046.14.006341-6, que trata, dentre outros temas, da adequação do Portal da Transparência do Governo do Estado. Na oportunidade, registrou-se que, diante da constituição de um grupo de trabalho interinstitucional para tratar do tema, o sobredito caderno investigatório se encontra suspenso pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data do mencionado expediente.	SUBJUR e CAOPPPOT	08.10.2018	Finalizada	1194/1195
Participação no evento “Transferências de Recursos Federais – Cenários e Perspectivas – Um Enfoque Conjunto do Controle da Gestão”, em Brasília, realizado pelo TCU em parceria com o Ministério do Planejamento, com exposição, pela Promotora de Justiça Maria Cecília Delisi Rosa Pereira, do Projeto “Transparência nos Municípios”. Presente, também, o Dr. Leonardo Dumke Busatto. Certidão juntada em 18.10.2018.	CAOPPPOT	16.10.2018	Finalizada	1196
Lançamento da 3.ª etapa do projeto, denominada “Transparência na Gestão Pública”, no evento “Transferências de Recursos Federais – Cenários e Perspectivas – Um Enfoque Conjunto do Controle da Gestão”, em Brasília.	CAOPPPOT	16.10.2018	Finalizada	1196

ANEXO 02 – *LAYOUT* DO PRODUTO DESENVOLVIDO PELA CELEPAR



ANEXO 03 – IMAGENS DO PRODUTO EM DESENVOLVIMENTO PELA ITAIPU BINACIONAL/PARQUE TECNOLÓGICO DE ITAIPU